

D. C. CHARLIER

A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA CIVIL NUMA GRANDE CIDADE

Introdução

Todas as cidades têm como característica comum que os edifícios estão concentrados numa área relativamente pequena e com uma alta densidade populacional. A população total varia de 300 mil a mais de 7 milhões; os serviços básicos distribuem-se por um complexo sistema subterrâneo de canos, condutas e cabos a que se juntam linhas aéreas de electricidade e telefones. Além disso, são inúmeras as antenas de rádio e televisão, que proporcionam não só a informação como também, em alguns casos, comunicações essenciais.

Por aqui se vê que a Defesa Civil tem de ser suficientemente ampla e efectiva para dar alguma protecção não só aos serviços essenciais e à população que os utiliza, como aos cidadãos que vivem nos limites da cidade.

Objectivo deste Artigo

Embora seja correcto dizer-se que um certo número de países já estabeleceram um programa de evacuação das suas maiores cidades em caso de ataque, muitos, na realidade a maioria, têm uma política de «ficar onde se está». Este artigo parte de uma situação em que não se prepararam quaisquer planos de evacuação e em que a sobrevivência e a recuperação se baseiam em medidas de protecção realizadas no perímetro da cidade.

Uma Avaliação para a Defesa Civil

Antes de se poder avaliar o tipo de ataque e os efeitos prováveis de uma acção agressiva, é necessário olhar para o plano da grande cidade em causa para se decidir dos possíveis alvos, dos pontos-chave de controle e comunicações, dos serviços essenciais e das áreas mais densamente povoadas. Estas últimas são importantes pelo

facto de na maior parte das cidades a população aumentar consideravelmente durante as horas de trabalho e diminuir quando este termina, dado que muita gente vive nos arredores e trabalha na cidade.

O Apêndice A mostra um plano de conjunto de uma grande cidade média e indica as áreas-chave e os elementos essenciais para os preparativos da Defesa Civil, explicitados na legenda.

Problemas de uma Situação de Ataque

Para que os Responsáveis do Plano da Cidade possam tomar medidas de Defesa Civil, é preciso assentar no tipo de ataque previsível e nos seus possíveis efeitos. Essa avaliação será, em consequência, a base dos Planos de Defesa Civil e dos preparativos necessários.

Tipos de Ataque

Segundo as hipóteses correntes de planeamento estratégico, os preparativos devem ser feitos para um ataque convencional, quer dizer, armas altamente explosivas ou incendiárias com uma grande precisão potencial num número limitado de alvos. No pior dos casos, seguir-se-ia um ataque nuclear estratégico.

Em termos de Defesa Civil, os preparativos que tenham em conta os efeitos de um ataque serão muito maiores para o caso de serem utilizadas ogivas nucleares do que para o caso de um ataque convencional a alvos limitados. Em termos de medidas a tomar, os princípios são os mesmos. A diferença está na amplitude.

Efeitos de um Ataque sobre uma Cidade

Um dos problemas iniciais mais importantes a ter em conta no período posterior ao ataque é o das baixas resultantes de um ataque, quer convencional quer nuclear, o mesmo é dizer que salvar vidas torna-se a principal prioridade. Os planos devem, por isso, prever feridos graves soterrados nos destroços, o que envolve equipas de salvamento treinadas nesse tipo de acção e apoiadas por um Serviço de Emergência Ambulatório e de Primeiros-Socorros, que forneça um tratamento inicial antes da evacuação para os Centros de Tratamento e para os Hospitais. Deve dizer-se que no caso de um ataque nuclear esta operação teria necessariamente de ser de curta duração devido aos riscos de radioactividade. Tem de haver preparativos semelhantes para evacuar feridos graves não soterrados.

Haverá, além disso, um considerável número de pessoas com ferimentos ligeiros, em estado de choque ou de exaustão que terão de ser tratadas pela comunidade ao nível local ou de rua.

Ruptura do Controle Administrativo

Todas as grandes cidades têm vários níveis de governo local e municipal que, em termos genéricos, incluem a sede camarária e um segundo nível de repartições locais. Um ataque sobre a cidade cortará as comunicações entre estes níveis e algumas zonas intensamente atingidas teriam de agir sem qualquer contacto devido às ruas bloqueadas e aos destroços. Os planos devem, por isso, prever esta eventualidade.

Comunicações

A vida de uma cidade e a organização dos seus serviços públicos depende em larga medida das comunicações entre os dois níveis já referidos. Decerto que um ataque as romperia e dessa forma os planos têm de ser feitos de modo a que as autoridades municipais agissem por si sós.

Serviços Essenciais

Mencionei na introdução deste artigo os serviços vitais e essenciais de qualquer cidade e que os sistemas de distribuição que os proporcionam estão geralmente concentrados numa área relativamente pequena. Entre eles incluem-se os abastecimentos de água, electricidade, gás, rede de esgotos e de drenagem e abastecimento alimentar. Os pontos-chave e de ligação destes serviços podem ser danificados e os próprios serviços ficar interrompidos. Daí que seja preciso fazer preparativos de sistemas alternativos e improvisados.

Tráfego Rodoviário

A densidade da propriedade que referi na Introdução significa que está mais sujeita a danos de ataques convencionais ou nucleares do que as casas e edifícios dispersos das áreas rurais. Se os estragos forem de ordem a provocar a destruição das casas, a situação criada pelo bloqueio de estradas e pontos-chave pelos destroços será extensiva e decerto será impossível durante um certo período o acesso a várias partes da cidade.

Além disso, a chuva radioactiva resultante do uso de armas nucleares interditará o movimento a pé ou de veículos dada a necessidade de sobrevivência, de permanência nos abrigos que garantam protecção contra os particularmente perigosos raios gama. Pode assim dizer-se que nos momentos iniciais, depois de um ataque convencional e especialmente nuclear, as deslocações serão muito limitadas ou cessarão em absoluto. Os planos e preparativos para esta situação devem concentrar-se na criação de abrigos locais auto-suficientes por uns dias ou talvez semanas.

O Problema dos Desalojados

Os danos causados à cidade e particularmente às habitações provocarão um grave problema: os desalojados. A sua resolução envolverá providenciar acomodação e abrigo temporário àqueles cujas casas ficaram inabitáveis. Estes problemas são consideráveis. Na eventualidade de um ataque forte, poderá não haver outra solução que a de evacuar sectores da cidade para áreas de acomodação e recepção fora dos seus limites. Para isso, os planos devem incluir a indicação de edifícios apropriados para Centros de Repouso antes do esquema de requisição ou acomodação temporária, que deve ser preparado desde logo.

Lei e Ordem Pública

A quebra dos sistemas de comunicação e a conseqüente falta de informação aos habitantes da cidade poderá conduzir a uma ruptura potencial na legalidade e na ordem pública, motivada pelas necessidades de sobrevivência dos indivíduos e dos grupos mesmo à custa das comunidades em conjunto. Nestas circunstâncias, a Polícia e outros Serviços de Emergência serão alargados ao máximo e poderá ser necessário recorrer à autodisciplina de grupo e das comunicações assente no princípio básico de que tudo deve ser feito para o máximo bem da comunidade e não do indivíduo. Numa grande cidade, a Organização de Rua ou Comunidade é obviamente de vital importância no âmbito da Defesa Civil.

Combustível

É óbvio que ocorrerão danos em depósitos de combustíveis, em bombas de gasolina e noutros reservatórios de combustível. Haverá inicialmente uma considerável falta de combustível e, no período posterior ao ataque, Centrais de Energia, fábricas, aviões, barcos e todos os outros meios de transporte terão necessariamente de funcionar segundo um sistema de prioridades e, nalguns casos, ficarão impossibilitados de cumprir qualquer serviço que seja. Terão de ser planeados esquemas de prioridades com base nas informações recolhidas quanto a stocks e fornecimentos de combustível.

Comida

Em tempo de paz, o abastecimento e distribuição de comida a uma grande cidade é basicamente organizado através da cadeia de grossistas e de retalhistas, abastecendo directamente o público.

Na previsão de um ataque, é natural que o público esvazie as lojas e que os grossistas não recebem fornecimento dos seus abastecedores habituais e dos fabricantes.

Desta forma, uma grande cidade terá de viver durante uns dias após um ataque com os abastecimentos de comida feitos pelas donas-de-casa até à data em que o fabrico normal e o sistema de distribuição possa funcionar de novo.

São estas as circunstâncias prováveis depois de um ataque e a questão que se deve ter agora em conta é a forma de nos prepararmos para esta larga gama de problemas de modo a que não só a população da grande cidade sobreviva e se recomponha como se possa restaurar uma relativa normalidade.

Planos para a Defesa Civil de uma Cidade

Todos os planos e preparativos de Defesa Civil se devem basear em certos princípios que se podem resumir desta forma:

— Dado que o período de aviso de um ataque é muito curto, caso de dias, os planos devem ser preparados logo, bastante antes de uma crise deste tipo ocorrer;

— Deve ser nomeado em tempo de paz um controlador ou coordenador da Defesa Civil da Cidade em tempo de guerra, geralmente o funcionário superior do Governo Local ou Municipal da Cidade;

— Devem ser levados a cabo esquemas de familiarização e treino para oficiais em postos-chave de modo a fornecer-lhes os ensinamentos e a prática dos deveres da Defesa Civil, devendo este treino ser contínuo para garantir um núcleo efectivo de pessoal treinado;

— Deve ser estabelecida em tempo de paz uma organização comunitária de Defesa Civil que cubra todas as zonas da cidade e que receba treino para a sobrevivência nas circunstâncias descritas.

Além disso, presume-se que haveria estádios de prontidão estabelecidos pelo departamento governamental responsável pela Defesa Civil de forma a tornar possível que os planos preparados possam ser postos em prática num curto espaço de tempo antes que um ataque real ocorra. A base desses estádios seria:

— **Inspecção Prévia** — Período de alerta que poderia ser tão curto como 48 horas em que teria de haver a possibilidade de «varrer o pó» aos planos já preparados e verificar se haveria pessoal disponível para levar a cabo as medidas de Defesa Civil anteriormente previstas.

— **Medidas Preparatórias** — Um período preparatório não inferior a 1 ou 2 dias em que os oficiais e pessoal chave seriam coadjuvados nas tarefas da Defesa Civil e libertados de todas as outras funções. Nem é necessário dizer que deveria ter havido treino para pessoal suficiente de forma a pôr em prática esta fase de preparação, de alerta.

— **Activação** — Um período de completa activação em que todas as autoridades e organizações poriam em prática medidas urgentes para enfrentar verdadeiramente o ataque. Isso significaria na prática a total concretização dos planos anteriormente preparados sob a supervisão geral e a direcção do controlador ou coordenador da cidade.

Preparativos

Já foi realçada a necessidade de se preparar planos e devemos agora entrar com mais detalhe no seu conteúdo.

Primeiro. Comando, Controle e Administração. É a base em que assenta a sobrevivência e a recuperação da cidade pós-ataque, devendo incluir listas de nomeações para a Defesa Civil que cubram todos os níveis administrativos da cidade, a escolha de sedes construídas para esse efeito ou previamente atribuídas à Defesa Civil. Deveriam, além disso, incluir-se nestes planos pormenores relativos à cadeia de comando e aos procedimentos de emergência.

Segundo. Plano de Comunicação. Deveria incluir diagramas dos sistemas de comunicações internas e externas em conjunto com o auxílio de organizações de rádio-amadores e detalhes relativos ao equipamento, postos de transmissão e tudo quanto é necessário para fazer funcionar o sistema num período pós-ataque.

Terceiro. Plano de Informação. Uma das tarefas primordiais deveria ser a criação de um Serviço de Informação de Emergência preparado para alcançar toda a gente no perímetro da cidade. Este plano deveria conter detalhes relativos à organização da distribuição de folhas volantes informando onde se pode obter assistência, conselhos gerais e de orientação do público, assim como sobre os meios de manter e restaurar as comunicações. Envolverá o estabelecimento de Centros de Informações Locais, abrangendo toda a área da cidade.

Quarto. Controle dos Alimentos, Distribuição e Alimentação de Emergência. A água e a comida são os bens essenciais à existência, devendo por isso ser preparados planos para o caso de uma quebra completa ou uma ruptura no sistema de distribuição de comida pelos produtores ou outras fontes. A conservação das restantes fontes alimentares é vital e o plano deveria incluir elementos sobre a dieta básica com um mínimo de 1600 calorias por pessoa e por dia, em conjunto com os meios de se construir equipamento do estilo cozinhas de campanha. Deveriam preparar-se sistemas de racionamento, a ser concretizados por decisão do Controlador e do Chefe do Abastecimento de Emergência.

Quinto. Cuidados com os Desalojados. Ao tornarem as casas inabitáveis, os danos provocados por um ataque podem originar um grave problema de alojamento, obrigando ao planeamento de alo-

jamento temporário, como Centros de Repouso, e à preparação do quadro de pessoal e administração e com um Plano de Requisição para o período de reparação dos edifícios ou de construção de novas casas. Deveria ser desde já nomeado o Director do Plano de Alojamento, o que, provavelmente, necessitaria de subdirectores de zona com responsabilidades específicas em determinada parte da cidade.

Sexto. Salvamento e Plano de Desobstrução. Salvar vidas após um ataque convencional em alvos limitados é de importância vital. Um dos principais problemas seria dispor de um eficiente serviço de salvamento de feridos soterrados sob os escombros. É em tempo de paz que se deve preparar, planear e treinar este serviço, que pode ser efectuado pelos Bombeiros ou numa base voluntária. Este trabalho precisa de treino próprio. A remoção dos destroços e a desobstrução das estradas bloqueadas fazem igualmente parte deste serviço, pelo que quer o equipamento quer o pessoal têm de ser escolhidos e treinados para levar a cabo esta operação vital. O plano indicaria as responsabilidades específicas; os exercícios práticos para testar as providências tomadas deviam ter lugar em tempo de paz.

Sétimo. Obras e Reparações. O rescaldo de um ataque a uma cidade provocará igualmente graves problemas não só no que respeita à manutenção de serviços essenciais mas também à reparação dos edifícios existentes, pelo que um dos aspectos de qualquer Plano de Obras e Reconstrução seria a execução de um programa de reconstrução. O conteúdo básico deste Plano seria a organização de um Serviço de Obras de Emergência.

Oitavo. Requisição de Edifícios. A maior parte dos Planos referidos obrigará ao uso de edifícios localizados no interior da cidade para fins de Defesa Civil, o que exige planos de requisição desses edifícios se se verificar uma ameaça ou um ataque. Isto também implica a requisição de transportes, equipamentos, propriedade e um regulamento que permita pôr em prática um esquema de requisição de alojamento. Deve tratar-se desde já das provisões legais para um Plano de Requisição e também das indemnizações ou compensações, o que necessita de uma preparação cuidadosa.

Planos para os Serviços Essenciais. Estes planos abrangem as organizações sob controle directo das autoridades municipais, mas, em conjunção e em estreita ligação com a cidade e seu Controlador e Coordenador, outros serviços essenciais, tais como a água, os correios, a electricidade e o gás deveriam ir preparando os seus próprios planos como parte de toda a operação preparatória. Isto incluiu as autoridades hospitalares e da Saúde, à parte da evacuação de feridos, que também incluiria providências de saúde, higiene e sanitárias.

Ordem e Segurança. As forças armadas localizadas no perímetro da cidade ou, em alguns casos, no seu exterior, têm um papel pri-

mordial no auxílio à Polícia e às autoridades da cidade na manutenção da ordem e da segurança e também no auxílio a eventuais evacuações. Deveria haver reuniões entre o Exército e outros serviços, assim como com a Polícia e os Bombeiros para que o Coordenador e Controlador dispusesse do total apoio e da acção dos serviços profissionais na cidade. É importante que o Coordenador e Controlador seja aceite como o elemento número um dos preparativos, e no caso de ser necessário, do conjunto de operações da Defesa Civil em cada uma das grandes cidades.

O Plano de Defesa Civil da Grande Cidade — O Produto Final

Veremos agora que preparar um Plano de Defesa Civil de uma Grande Cidade é uma empresa essencial que tem de cobrir imensos serviços essenciais para a sobrevivência e recuperação, sendo aconselhável que este Produto Final seja alcançado com base em todos os Planos num Livro de Emergência de Guerra, em formato de dossier, que permita a introdução fácil das emendas e alterações, à medida que vão sendo feitas.

Treino e Familiarização

Já se disse — e a experiência justificadamente o provou — que os planos e preparativos no papel só têm valor se forem testados e experimentados. Nunca é demais insistir na necessidade de treino para pôr em prática os Planos de Defesa Civil previamente estabelecidos.

Os programas de treino exigem uma base que permita alíneas detalhadas. A experiência provou que a produção de um opúsculo/ /manual de notas operacionais de Defesa Civil é um método excelente de formulação de um programa de treino. Este livro deveria cobrir não só as tarefas de Defesa Civil dos Departamentos de Cidade mas também as de todos os Serviços Camarários, a indicação, estabelecimento e detalhes de equipamento, os edifícios escolhidos para Centros de Controle, cartões de identificação da Defesa Civil para oficiais-chave e um efectivo de Defesa Civil para a Cidade, juntamente com elementos de acções de emergência, que seriam provavelmente procedimentos de tempo de paz simplificados.

Os programas de treino exigirão oficiais especializados para os organizar e implementar, sendo necessário que a cidade, em conjunto ou não com o Governo, forneça os recursos que tornem possível realizá-los.

Conclusão

As autoridades municipais que elaboraram um livro de Defesa Civil para a Emergência de Guerra incluindo os planos e preparativos

referidos neste artigo, demoraram uma série de anos para o completar, e, mesmo quando isso foi feito, resta ainda o programa de teste e treino tanto do pessoal-chave como dos próprios planos, e a actualização de tudo isso.

É, pois, necessário a qualquer grande cidade nomear um especialista no cargo de Chefe do Plano de Emergência e o pessoal apropriado para levar para a frente todo este projecto sob o controle directo do Controlador ou Coordenador nomeado.

Os Planos e os preparativos envolvidos na Defesa Civil de uma grande cidade são uma tarefa considerável para todos, sendo aconselhável constituir um Comité Especial da Cidade para orientar os progressos e que receba informação sobre os preparativos que se vão fazendo.

APÊNDICE A

A defesa civil de uma grande cidade: Liverpool (população: 576 600)



Legenda

- | | |
|-----------------------------|------------------------|
| 1. Royal Liver | Abrigo público |
| 2. Hospital | Hospital |
| 3. Estádio | Abrigo de mercadorias |
| 4. Escola Politécnica | Centro de repouso |
| 5. Paços do Concelho | Controle da Cidade |
| 6. Serviços Municipais | Centro de repouso |
| 7. Museu | Centro de repouso |
| 8. Terminal de autocarros | Abrigo de mercadorias |
| 9. Correios | Centro de comunicações |
| 10. Parque de Autocarros | Abrigo de mercadorias |
| 11. Escola | Centro de alimentação |
| 12. Estação | Armazém de Transportes |
| 13. Teatro | Abrigo público |
| 14. Cinema | Abrigo público |
| 15. Instalações da «Cunard» | Abrigo público |
| 16. Administração do porto | Abrigo público |